

Anais da Assembléia

CURITIBA, 13, 14 E 18 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA

COMISSOES PERMANENTES

4.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSAO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETARIO — Jorge Sato

2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETARIO — David Federmann

4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISAO DAS COMISSOES

COMISSOES TECNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSAO LEGISLATIVA

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlsea Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETARIO: Rita Celestino Soares

REUNIOES: As quartas-feiras

COMISSAO DE ORCAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lossó

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETARIO: Eicy Silva Baptista

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETARIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIOES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSAO DE INSTRUCAO PUBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TERRAS, IMIGRACAO E COLONIZACAO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETARIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE SAUDE PUBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguiinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlsea Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lossó — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguiinaldo

Ferreira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIOES: As terças-feiras

COMISSAO DE POLICIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETARIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE REDACAO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lossó — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETARIO: Leão Guimarães Sotto-Maior

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguiinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêlsea Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: José Tavares Canto Filho

REUNIOES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSAO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICACOES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETARIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 198ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Novembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Antônio Maciel — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quilise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva (26); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Edilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Fabiano Braga Côrtes — Fuzad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Basílio Zanusso e Emílio Csrazzai (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO GOVERNADOR

Of. 292/74.

Curitiba, 13 de novembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, "in-fine", da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, por aproximadamente vinte e cinco dias, com saída prevista a partir do dia 22 do corrente mês, a fim de viajar aos Estados Unidos da América e Japão, em missão de interesse do Estado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **EMÍLIO GOMES** — Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
 N/Capital

REQUERIMENTO:

— de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n.º 163-74, em virtude da urgência decorrente do prazo constitucional invocado pelo Governador.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 179/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Montepio da Justiça do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1974.

(a) **Santos Lima**

JUSTIFICAÇÃO:

O Montepio da Justiça do Brasil, é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a assistência de modo geral aos seus associados.

Preenchendo os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de Utilidade Pública, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos Ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 51/74, Lei Complementar que dispõe sobre o Código Sanitário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — **Aprovado**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia,

lotes urbanos da quadra 81, 67 e 68, destinados à construção de prédios para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 77/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao município de Matelândia, os lotes urbanos n.º 04 da quadra 81, n.º 8, da quadra 67 e n.º 11, da quadra 68, destinados a construção do prédio para a Agência de Rendas e Delegacia e Cadeia, respectivamente; e receber em devolução o lote urbano n.º 6 e parte dos lotes 03, 04, 10, 05, 02 e 08, todos da quadra 73, bem como parte do lote urbano n.º 04, da quadra 64, anteriormente doados para os mesmos fins.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1974.

(a) **João Mansur**

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de uma substituição de lotes anteriormente doados, de pequena metragem e separados, de modo que seu aproveitamento foi impossível por outros adequados aos fins estabelecidos no projeto.

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório, os livros destinados a Transcrição das Transmissões, neles encontrei as fls. 42 do livro 3, o Registro sob n.º 105, do seguinte teor:

Data do Registro: — 25 DE MAIO DE 1970

Circunscrição: — **MATELÂNDIA**

Situação do Imóvel: — **"ZONA URBANA DESTA CIDADE E COMARCA"**

Característicos e Confrontações

Consta o lote urbano n.º 11 (onze), da Quadra n.º 68 (sessenta e oito), da planta desta cidade e Comarca de Matelândia, com a área de 600 m² (seiscientos metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: — **FRENTE:** — Para a Avenida Duque de Caxias medindo (16,67 m); — De um lado com o lote urbano n.º 12, medindo igualmente 36m; sendo ambas as medidas da frente aos fundos; e aos fundos com o lote urbano n.º 07, medindo 16,67m., todos os imóveis confrontantes são desta mesma quadra n.º 68, havido em maior porção pela Transcrição n.º 1.848, do Registro Geral da Comarca de Foz do Iguaçu.

Adquirente: — **O ESTADO DO PARANÁ**

Transmitente: — **COLONIZADORA MATELÂNDIA LIMITADA**, com escritório nesta cidade, à Avenida Paraná s/n.º, representada pelo seu sócio diretor Sr. Santo Zanchett, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado nesta cidade.

Título: — Escritura Pública de Compra e Venda lavrada nas notas do Tabelionato Cassuli, desta cidade, às fls. 95 e 96 e verso, do livro n.º 05, em 23 de maio de 1970.

VALOR: — Cr\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros)

Condições: — As constantes da Escritura.

Averbações: — T. Inter-vivos Guia n.º 52, Talão n.º 0602869 e Certidão Negativa da Exatidão de Rendas Estaduais de Matelândia, onde recolheu a importância de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros). — O referido é verdade e dou fé. — (a) Brígida Ap. Pereira Lima, Oficial. Era o que continha o referido Registro. Eu, Maria Marcy Turri Oro, Auxiliar Juramentada, o datilografei, subcrevi e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Matelândia, 15 de março de 1974.

Maria Marcy Turri Oro — Aux. Juramentada

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé, que à fls. 275, do livro n.º 3-L, do Registro Geral de Imóveis desta Comarca, foi em data de 18 de novembro de 1966, lavrada sob n.º 13.123 a transcrição do imóvel seguinte:

Consta o lote urbano n.º 8 (oito), da quadra n.º 67 (sessenta e sete) da planta urbana de Matelândia, nesta Comarca, com a área de 666 m² (seiscientos e sessenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a Avenida Duque de Caxias, medindo 16,66 metros de um lado, com a Rua Pedro Álvares Cabral, medindo 40 metros de frente aos fundos, de outro lado, com o lote n.º 9, medindo igualmente 40 metros de frente aos fundos, com parte do lote n.º 5, ambos da mesma quadra n.º 67, medindo 16,66 metros. (a.) **Therézinha Giovenardi, Oficial Interina.**

FIGURANDO COMO ADQUIRENTE: — O ESTADO DO PARANÁ

FIGURANDO COMO TRANSMITENTE: — COLONIZADORA MATELÂNDIA LIMITADA, com sede no Município de Matelândia, nesta Comarca.

TÍTULO: — Escritura pública de compra e venda, lavrada em data de 09 de novembro de 1966, nas notas do Tabelião Sr. Leopoldo Cassuli, do Município de Matelândia, nesta Comarca.

VALOR: — Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

CONDIÇÕES: — Constantes da escritura.

O referido é verdade.

Foz do Iguaçu, 14 de junho de 1971.

Antonio Ayres de Aguirra — Oficial

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório, os livros existentes, neles encontrei às fls. 251 do livro 3-B de Transcrição das Transmissões, o Registro de n.º 2.274, no seguinte teor:

Data do Registro: — 20 de fevereiro de 1974.

Circunscrição: — **MATELÂNDIA**

Situação do Imóvel: — Cidade e Comarca de Matelândia

Característicos e Confrontações

Consta o Lote urbano n.º 6 (seis), e partes dos Lotes urbanos n.ºs 03, 04, 10, 05, 02 e 08 (três, quatro, dez, cinco, dois e oito) da planta desta cidade, com a área total e global de 1.440 m² (um mil quatrocentos e quarenta metros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a Rua Napoleão Laureano, medindo 24 metros; de um lado divide com o Lote n.º 09, e com partes dos lotes n.ºs 08 e 10, medindo 60 metros da frente aos fundos; de outro lado divide com partes dos Lotes n.ºs 04, 03 e 02, medindo igualmente 60 metros da frente aos fundos, e aos fundos divide com partes dos Lotes n.ºs 05, 02 e 08, todos desta mesma Quadra, medindo 24 metros, sendo que os Lotes acima são todos situados na Quadra 73 (setenta e três), havidos pela Transcrição n.º 2.264 d/Of.

Adquirente: — (Donatário) — **O ESTADO DO PARANÁ**, para a Secretaria de Segurança Pública, representada pelo Dr. Francisco Huba Junior, bras-

leiro, casado, Eng.º Civil portador da CI. n.º 8.014 do Ministério da Guerra, conf. procuração lavrada às fls. digo. lavrada pelo 2.º Tabelionato da cidade de Foz do Iguaçu, deste Estado.

Transmitente: — (Doadora) — PREEFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA, representada por seu atual prefeito Municipal, Sr. Olívio Massarolo, brasileiro, casado, contabilista, aqui residente, portador do C.P.F. n.º 004.134.969.

Título: — Escritura Pública de Compra e Venda lavrada às fls. 77 a 78 verso, do livro n.º 13, do Tab. Leopoldo Cassuli, desta cidade, em 18 de fevereiro de 1974.

Valor: — S/ valor

Condições: — As constantes da Escritura

T. Inter-vivos n.º 0279715-0 de 18-2-74, da A.R. Local, na importância de Cr\$ 1,00.

Era o que continha dito Registro. Eu, Brígida Ap. Pereira Lima, Oficial, o datilografei, subscrevi e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Matelândia, 26 de março de 1974

(a) Brígida Pereira Lima — Oficial

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em meu poder e Cartório, os livros destinados a Transcrição das Transmissões, neles encontrei às fls. 010, do livro 3-A, o Registro sob n.º 782, do seguinte teor:

Data do Registro: — 20 de Outubro de 1971.

Circunscrição: — "Matelândia"

Situação do Imóvel: — Zona Urbana da Cidade.

Características e Confrontações

Consta o Lote urbano número 04 (quatro), da quadra n.º 81 (oitenta e um) da planta desta cidade, com a área de 617 m², (seiscentos e dezessete metros quadrados), sem benfeitorias, com frente para a Avenida Duque de Caxias, medindo 16,67 metros, de um lado divide com o lote urbano n.º 03, medindo 37 metros da frente aos fundos, de outro lado divide, com o lote urbano n.º 05, medindo igualmente 37 metros, da frente aos fundos, e aos fundos divide com parte do lote urbano n.º 08, todos desta mesma quadra, medindo 16,67 metros, havido em maior porção pela Transcrição n.º 1.848 do CRI, da Comarca de Foz do Iguaçu, deste Estado.

Adquirente: — O ESTADO DO PARANÁ, para seu departamento de Edificações e Obras Especiais (D.E.O.E.), representado pelo Sr. Francisco Buba Junior, brasileiro, casado, Eng.º Civil, residente em Foz do Iguaçu-Pr., portador da Carteira de Identidade n.º 8.014, do Ministério da Guerra conf. pública forma de uma certidão de uma procuração expedida pelo 2.º Tabelionato de Foz do Iguaçu-Pr.

Transmitente: — COLONIZADORA MATELÂNDIA LIMITADA, com sede nesta cidade, à Av. Alfredo Chaves n.º 389, representada neste ato, por seu sócio Diretor Sr. Santo Zanchett, brasileiro, casado, contador aqui residente, portador da CI. n.º 313.071-Pr., e CPF n.º 004.145.809.

Título: — Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada às fls. 33 a 34 v.º do livro n.º 10, do Tab. Leopoldo Cassuli, desta cidade, em 20 de outubro de 1971.

Valor: — Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Condições: — As constantes da Escritura.

T. Inter-vivos n.º 0453199, de 20-10-71, da Coletoria Estadual local, na importância de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros). — O referido é verdade e dou fé. — (a) Brígida Ap. Pereira Lima, Oficial. Era o que continha o referido Registro. Eu, Maria Marcy Curri Oro, Auxiliar Juramentada, o datilografei, subscrevi e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Matelândia, 15 de março de 1974.

(a) Maria Marcy Curri Oro — Aux. Juramentada

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 77/74

O ilustre Deputado João Mansur através do presente Projeto, quer doar ao município de Matelândia, os lotes especificados em troca de outros anteriormente dados para a construção de prédios destinados a Agência de Rendas e Delegacia de Polícia, na sede do referido município.

A matéria está perfeitamente enquadrada nas competências do Estado e, de certa forma, sua constitucionalidade e legalidade já foram objeto de apreciação favorável, por ocasião da doação primitiva.

Por tais motivos, o parecer é no sentido da aprovação do projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Nelson Buffara — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 77/74 Autor: — Deputado JOAO MANSUR

No Mérito — Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça a matéria, pela sua oportunidade, deve merecer, também, o parecer favorável desta Comissão de Finanças.

Somos portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1974.

Quielise Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 77/74

1 — O ilustre Deputado João Mansur, através do presente Projeto de Lei, visa doar ao Município de Matelândia os lotes urbanos da quadra 81 n.º 04, n.º 8 da quadra 67 e n.º 11, destinados a construção do prédio para a Agência de Rendas Internas e Delegacia e Cadeia, respectivamente e receber outros anteriormente doados para os mesmos fins.

2 — Quanto aos aspectos de ordem legal e constitucional e financeiro, este projeto devidamente estudado mereceu pareceres favoráveis das ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto

ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto enfocado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Domício Scaramella — Presidente

Iris Mário Caldart — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Ofício firmado pelo Sr. Governador do Estado, constante do Expediente, solicitando autorização para seu afastamento do País. — Aprovada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n.º 163/74. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 19ª Sessão Ordinária Realizada em 14 de Novembro de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — David Federmann — Agnaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomei — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Wilson Brandão e Wilson Fortes (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTO:

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Os Deputados infra-firmados, usndo das atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requerem a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo infausto e prematuro desaparecimento em acidente automobilístico do Deputado Federal Ivan Ferreira do Amaral Filho, ocorrido recentemente.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1974.

(sa) — Santos Lima, Borsari Netto
Agnaldo Pereira Lima e
Haroldo Bianchi

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/74, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de ex-funcionário público estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77-74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia, lotes urbanos da quadra 81, 67 e 68, destinados à construção de prédios para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/74, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que concede Título de "Cidadão Honorário do Paraná", a Paul Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 162/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" a PAUL GARFUNKEL.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1974.

(a) Maurício Fruct

JUSTIFICATIVA:

PAUL GARFUNKEL nasceu na França em Pontainebleau em 9 de maio de 1900. Engenheiro formado pela Escola Politécnica em Paris, veio para o Brasil em 1927 para assumir a direção em São Paulo da firma francesa de construções metálicas onde trabalhava.

Em fins de 1930 deixou essa firma e tendo feito amizade com o grande escritor Monteiro Lobato, procurou organizar, de sociedade com ele uma indústria de farinha de banana utilizando um novo processo americano cujo Lobato tinha trazido a opção para o Brasil. O empreendimento em via de realização no litoral paulista veio por água abaixo por causa da revolução de 1932.

Entretanto, seduzido pelas paisagens e aspectos da vida brasileira desenhava e pintava nas horas vagas.

Em 1936 realizou uma primeira exposição em Santos onde morava. Essa mostra mereceu a atenção e os elogios dos críticos da imprensa paulista.

No mesmo ano, veio para o Sul do Paraná para organizar uma pequena indústria rural. Em 1938-39 virou pioneiro do beneficiamento e industrialização do linho, até então explorado pelos colonos por meios rudimentares e caseiros. Montou instalações em Cruz Machado, Marechal Mallet, Araucária e São Mateus, importando sementes selecionadas da Europa para distribuir aos colonos, melhorando assim consideravelmente a qualidade do produto obtido.

Não tinha, porém, abandonado a arte, acrescentando ao contrário novas inspirações para seus trabalhos, paisagens paranaenses, cenas da vida do interior.

Fez exposições em São Paulo e Santos, mostrando aspectos da vida no Paraná, todas coroadas de êxito.

Acabando a guerra, a importação de linho europeu prejudicou o mercado da fibra nacional, ao mesmo tempo em que as lavouras do Paraná estavam sendo destruídas por uma invasão de gafanhotos.

PAUL GARFUNKEL reconverteu a fábrica de Mallet em serralha e fábrica de caixas. Lutando com imensas dificuldades de transporte, estradas péssimas nesta época, estrada de ferro praticamente imprestável, desistiu da indústria em 1954, dedicando-se doravante unicamente à pintura. Deixou de ser um pintor do domingo. Montou atelier. Foi o único pintor paranaense a representar o Estado na 1.ª Bienal de São Paulo (1951).

Figurou em diversos Salões paranaenses fazendo jus a medalhas. Fez parte do júri, tanto do Salão Paranaense como de diversos salões da Primavera, do Concorórdia.

Em 1958, aconselhado pelo então Embaixador da França no Brasil, editou um álbum de vinte litografias em cores: Imagens do Brasil com muitas referências ao Paraná, álbum que figura hoje em diversas bibliotecas particulares.

Em 1959 realizou uma exposição no salão do Office do Brésil em Paris sob o patrocínio da Embaixada do Brasil na França. Todos trabalhos expostos mostrando aspectos do Brasil e especialmente do Paraná. Essa exposição despertou o maior interesse, merecendo muitas críticas elogiosas dos jornais e revistas de arte. Foram adquiridos muitos trabalhos e álbuns. No mesmo ano expôs novamente em Antuérpia na Bélgica com o patrocínio da Embaixada e do Consulado Geral do Brasil. Como a precedente, foi um sucesso essa exposição.

De volta ao Brasil, PAUL GARFUNKEL continuou trabalhando e fazendo exposições tanto em Curitiba como no Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Bahia, Belém, Manaus, com telas e aquarelas, não só do Brasil, mas também da França e da Itália, contribuindo para estreitar os laços culturais entre os Estados do Brasil e entre o Brasil e a Europa.

Em 1962 editou um segundo álbum "Novas Imagens do Brasil" com 2 serigrafias dedicadas ao Norte e Nordeste brasileiro.

Em 1963 fez mais uma exposição em Paris, na Galerie Paul Cezanne, ainda patrocinada pela Embaixada Brasileira. Como a anterior essa exposição mostrando ao público parisiense novos aspectos do Paraná e do Brasil mereceu excelentes críticas, sendo adquiridos muitas obras e muitos álbuns por colecionadores franceses.

Expôs depois em Belo Horizonte, Brasília e novamente em São Paulo diversas vezes, contribuindo para divulgar o Paraná fora das suas divisas e a incrementar o intercâmbio cultural e artístico entre os Estados da Federação.

Em 1967 realizou mais uma exposição em Paris, na Galerie Debret, pertencendo aos serviços culturais da Embaixada do Brasil e mais uma em Hamburgo, na Alemanha, nos salões do Consulado Geral do Brasil, ambas com o mesmo êxito das exposições anteriores.

Desde então expôs diversas vezes em São Paulo e Curitiba. Figura no Dicionário das Artes Plásticas de Roberto Pontual, na Enciclopédia Delta Larousse, e no International Directory of Arts, editado na Alemanha.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 101/74

P A R E C E R

Propõe o nobre Deputado e eminente Líder do M.D.B., Maurício Fruct, que seja concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" a PAUL GARFUNKEL.

Referida proposição está em perfeita consonância com o que estabelece o art. 123 e parágrafos do Regimento Interno da Casa.

Quanto à oportunidade e o merecimento da homenagem pretendida, nada há a contestar.

Sob o aspecto constitucional, legal ou jurídico, a proposição está conforme.

Faço o exposto, opino pelo ACOHIMENTO do Projeto para ulterior seguimento regimental.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Antonio Costa — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63/74, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1975. Parecer favorável da C.O. — Aprovado.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1975

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná através da

Mensagem 63/74, encaminhou a esta Assembléia Legislativa em 23 de setembro do corrente ano, a Proposta Orçamentária para o exercício de 1975.

Mostrou o Governo na sua elaboração, a constante preocupação de conciliar as iniciativas dos Órgãos de Administração Pública para que o crescimento econômico e social do Estado se processe dentro de um equilíbrio financeiro.

A receita tributária do Paraná que obteve um crescimento de 164% (cento e sessenta e quatro por cento) no período 1971/1974, conforme afirmação do Sr. Secretário da Fazenda, em contra-partida teve um crescimento na aplicação em despesas de capital, ainda segundo o Sr. Secretário da Fazenda, permitindo assim, maior participação do Governo nos investimentos realizados.

Assim sendo, afigura-se que os grandes instrumentos de que dispõe o Estado para atuar sobre os níveis de crescimento da economia e sobre os níveis de bem estar da coletividade, estão associados basicamente à sua capacidade de prestar serviços e fazer crescer a oferta desses serviços, de acordo com as necessidades da coletividade, disto resultando que a ampliação dos níveis de investimentos públicos deve constituir um dos pontos fundamentais da política orçamentária e financeira do Governo.

Os recursos atribuídos aos diversos Órgãos do Estado, aquilatham bem as prioridades que foram observadas dentro das Diretrizes de Ação seguidas pelo Governo.

Isto posto, para dar execução ao planejamento traçado, o Orçamento Geral do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1975 estima a receita em 5.266.115.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, cento e quinze mil cruzeiros), dos quais, além do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis "Causa-Mortis", "Inter Vivos", receita Patrimonial, Industrial, Taxas e Receitas diversas, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias é o que contribui com a maior parcela deste montante da Receita, pois participará com Cr\$ 3.109.300.000,00 (três bilhões, cento e nove milhões e trezentos mil cruzeiros) representando um acréscimo de 39,5% sobre o valor reestimado para o corrente ano.

Por outro lado, a aplicação dos recursos do Tesouro Geral do Estado e de outras fontes está assim distribuída:

		(Cr\$)
1 — PODER LEGISLATIVO:		
Assembléia Legislativa e seu órgão auxiliar, o Tribunal de Contas		101.914.200,00
2 — PODER JUDICIÁRIO:		
Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada		110.593.100,00
3 — PODER EXECUTIVO:		
Governo do Estado		32.662.100,00
Secretaria do Governo		29.072.600,00
Secretaria da Justiça		68.490.000,00
Secretaria Extraordinária para o Trato de Assuntos de Planejamento e Coordenação Geral		21.578.000,00
Secretaria de Educação e Cultura		885.142.300,00
Secretaria do Trabalho e Assistência Social		54.880.000,00
Secretaria de Saúde Pública		97.300.000,00
Secretaria de Segurança Pública		335.000.000,00
Secretaria da Fazenda		140.781.300,00
Secretaria da Agricultura		88.018.700,00
Secretaria de Viação e Obras Públicas		215.000.000,00
Secretaria dos Transportes		611.970.400,00
Administração Geral do Estado		1.659.017.300,00
4 — ENTIDADES SUPERVISIONADAS:		
Recursos Próprios ou Transferências, exclusive Transferências do Tesouro		844.715.000,00
T O T A L		5.266.115.000,00

Da exposição acima anotada, verifica-se a maior atenção do Governo no setor educacional e dos transportes.

O esforço da administração para implantar a reforma do ensino dentro da programação gradualista do Plano Estadual de Educação, assim como a construção de salas de aula necessários a ampliação da rede de ensino no Estado está evidente na Proposta Orçamentária.

No setor de transportes rodoviários também concentra-se grande parcela de aplicação de recursos, visando o Programa dos Corredores de Exportação, de vital importância para o nosso Estado.

Mas nem por isso esqueceu-se o Governo da agro-indústria, agro-pecuária, energia elétrica, telecomunicações, combate à erosão, saúde e saneamento, formação de mão de obra, reintegração social, construções, incentivos aos setores econômicos, tudo previsto num planejamento integrado para a execução dentro do equilíbrio financeiro.

Os setores econômicos também mereceram grande atenção por intermédio das Entidades Oficiais de Crédito, visando consolidar, dinamizar e fortalecer outra fonte de arrecadação do Estado.

Especial atenção foi dedicada a geração e transmissão de energia elétrica, tendo-se em vista o aproveitamento da capacidade geradora do Paraná. Com a destinação de recursos no setor energético, afigura-se o objetivo de introduzir na agro-pecuária e agro-indústria a aplicação de tecnologias avançadas, a fim de que os nossos produtos básicos tenham maior aproveitamento e propiciem um melhor padrão de vida às populações rurais, dando ao homem do interior por meio do programa de eletrificação rural, um melhor padrão de vida.

Examinando ainda a Proposta, verificamos que para manter o equilíbrio orçamentário está prevista a autorização ao Poder Executivo para realizar operações de crédito até o limite de Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros) assim como a abertura de créditos Suplementares para atender diversas finalidades previstas no art. 9.º do Anteprojeto.

Com base na lei federal n.º 4.320 de 17.03.64 e Constituição Estadual, este Plano de Lei autoriza também o Poder Executivo a tomar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento de Receita e realizar operações de Crédito por antecipação da mesma.

Os Órgãos da Administração Indireta e Fundações do Estado terão orçamentos próprios, que poderão ser suplementados por Decreto do Poder Executivo, sendo que a receita será formada por rendas próprias, contribuições estaduais, Federais e outras Receitas Correntes e de Capital, sendo a Despesa Classificada de acordo com a discriminação adotada para o Orçamento em exame.

Em síntese, constatamos que o Orçamento proposto revela um trabalho dentro do plano estabelecido pelo Governo para atingir as metas exigidas por um Planejamento Global, integrado ao Plano Nacional de Desenvolvimento.

Está evidente a preocupação da equipe governamental em oferecer ao Estado um instrumento capaz de levar a Administração Pública ao objetivo almejado. Por isso é que a formulação e implementação dos Planos de Ação se constituem responsabilidades do Executivo e consequentemente as propostas do Orçamento, ao passo que ao Legislativo compete o exame e aprovação dos Planos.

Assim sendo a Assembléia Legislativa, que não usou das prerrogativas expressas pelo § 2.º do art. 35 da Constituição Estadual, emendando o Orçamento nas Comissões, deve capacitar-se que ao Legislativo, por imperativo constitucional cabe também efetivamente o controle da execução dos Planos e portanto dos recursos especiais pedidos, devendo ainda criar novos dispositivos que coordenados com a nova sistemática de seu Órgão auxiliar, o Tribunal de Contas, efetue a fiscalização da execução orçamentária.

Diante do exposto concluímos nosso parecer recomendando a aprovação deste Projeto de Lei, o qual submetemos a apreciação dos Senhores Deputados membros da Comissão de Orçamento.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Borsari Neto

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Santos Lima, Borsari Neto, Aguiinaldo Pereira Lima e Haroldo Bianchi constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo prematuro desaparecimento, em acidente automobilístico, do Sr. Deputado Federal Ivan Ferreira do Amaral Filho. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, ficando convocada outra para segunda-feira, dia 18, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/74;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 101/74, 162/74;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 163/74, 155/74.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 200ª Sessão Ordinária Realizada em 18 de Novembro de 1974 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Quilise Crisóstomo — Rosário Pitelli (25); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Emílio Carrazzi — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — João Fadel — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 176/74

Inclua-se no art. 1.º, na Parte Permanente, cargos da Assembléia Legislativa do Estado:

"Taqüigrafo"

Sala das Sessões, em 18-11-74

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA: — Tendo-se em vista que o Projeto em pauta contempla diversas categorias funcionais, sem observar a exigência das leis n.ºs. ... 6.569/74 e 6.593/74, em que a gratificação de produtividade era somente para aqueles que tinham Curso Superior, necessário se faz reparar um grave equívoco, incluindo no mesmo a carreira de Taquígrafo, funcionários operosos desta Casa, que documentam as Sessões da Assembléia.

Uma vez que o Projeto apresenta exceções, não é possível que essa categoria de servidores fique marginalizada por erro de omissão ou esquecimento.

REQUERIMENTO:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 19/74.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/74, de autoria do Deputado

João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Matelândia, lotes urbanos da quadra 81, 87 e 88, destinados à construção de prédios para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/74, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Paul Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/74 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63/74, anteprojeto de Lei de Orçamento para o Exercício Financeiro de 1975. Parecer favorável da C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 65/74, que dispõe sobre novos valores das Taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20-1-67. SEM PARECER. — **Aprovado.**

MENSAGEM — 65/74

Curitiba, 1.º de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre novos valores às taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de criteriosos estudos levados a efeito pelos órgãos competentes da Administração, sendo anexada para apresentação de maiores detalhes quanto à necessidade, oportunidade e interesse público da medida, cópia autêntica do Ofício n.º 618/74, da Secretaria de Segurança Pública, acompanhado da Exposição de Motivos n.º 473-74, do Grupo de Planejamento Setorial, daquela Pasta.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — As taxas de Segurança Pública criadas pela Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967, cobradas para atender despesas resultantes de atividades prestadas pelo Estado e decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia, passam a ter os seus valores calculados em percentuais incidentes sobre o maior salário mínimo vigente, para o Estado do Paraná, no ano imediatamente anterior, de acordo com as tabelas anexas.

§ 1.º — No resultado de cálculo dos valores das referidas taxas, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1 00 (hum cruzeiro).

§ 2.º — Anualmente, até o dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior à entrada em vigor dos valores atualizados na forma desta Lei, a Secretaria de Segurança Pública publicará Resolução com as tabelas reajustadas para efeito de cobrança.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

TABELA "A"

DOS ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO POLICIAL EM GERAL

	% sobre o maior salário mínimo
1 — Alvará mensal para:	
a) Alto-falantes fixos ou móveis para propaganda em geral	10%
b) Alto-falantes fixos ou móveis para diversões	12%
c) Bailes:	
I — Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingresso, mesa ou convite:	
— em cidades até 50.000 habitantes	12%
— em cidades com mais de 50.000 habitantes	17%
II — Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile	7%
d) Suíte Music-hall, Grill-Room, Drive In, Uiscarias, Dancings ou cabarês, Taxi-giri, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:	
I — Com bailarinas de sala e "show", Alvará mensal	57%
II — Com bailarinas de sala, sem "show", Alvará mensal ...	42%
III — Com "show" sem bailarinas de sala, Alvará mensal ...	34%
IV — Sem bailarinas de sala e "show", Alvará mensal	28%
e) Cinemas ou exhibições:	
I — Com exibição em qualquer bitola — Alvará mensal	
em cidades de até 50.000 habitantes	4%
II — Com exibição em bitola de 35 mm — Alvará mensal —	
em cidades com mais de 50.000 habitantes	7%
III — Até 8 sessões semanais	12%
IV — Até 4 sessões por dia	28%
V — Com lotação até 1.000 lugares	28%
— com lotação superior a 1.000 lugares	34%
VI — Com mais de 4 sessões por dia — Alvará mensal	43%
NOTA: — Nas alíquotas acima, os cinemas com exibição de bitola de 70 mm terão um aumento de 20% e os cinemas com bitola de 16 mm, um abatimento de 50%.	
VII — Cinemas ambulantes (drive-in) ou similares	17%
f) Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:	
I — De 1 a 5 dias de espetáculo — Alvará	14%
II — De 6 a 10 dias de espetáculo — Alvará	21%
III — De 11 a 15 dias de espetáculo — Alvará	28%
IV — De mais de 15 dias de espetáculo — Alvará	43%
NOTA: — As alíquotas acima, a critério da autoridade policial respectiva poderão ser acrescidas ou reduzidas em até 20% de seu valor tendo em vista a maior ou menor proporção dos espetáculos.	
g) Outras diversões públicas:	

I — Bilhares e snooker em geral — Alvará mensal por unidade	14%
II — Jogos de habilidade através de máquina ou aparelho elétrico, mecânico ou manual, bilhareto ou bilhar americano e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica, por aparelho ou unidade — Alvará mensal	14%
III — Jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia e com cobrança de partidas — por unidade	8%
IV — Execução musical, fonomecânica e sem locutor, por eletrola, gravador, alto-falante ou similares, em casa de comércio e que não seja efetivada em cabine indevassável — Alvará mensal	10%
V — Luta Livre, box ou similares com entradas pagas — Alvará por espetáculo	20%
VI — Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moedas em bar, confeitaria, casa de chá, hotel, leiteria, sorveteria, lancheria ou em outros estabelecimentos congêneres — Alvará mensal	8%
VII — Estabelecimento de crédito ou financiamento — Alvará mensal por estabelecimento ou agência:	
a) na Capital	14%
b) nos municípios do interior de população superior a 50.000 habitantes	8%
c) nos demais municípios do interior	6%
VIII — Estabelecimentos industriais e/ou comerciais com serviço de vigilância próprio ou contratado — Alvará anual	28%
IX — Agências de Informações — Alvará anual	17%
X — Certificado de cumprimento do Decreto 4.316/73	58%
XI — Certidões:	
a) de autos de inquéritos penais ou contravencionais por folha	1,5%
b) diversas de atos praticados por Delegacias de Polícia não compreendidos nas tabelas desta Lei	4%
c) negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis	6%
XII — Parque ou Stand de diversões:	
1) Por aparelho ou local de atração — Alvará mensal	7%
2) Com tiro ao alvo, por arma — Alvará mensal	3%
XIII — Parque de patinação e piscina pública — em recinto aberto ou fechado — Alvará mensal	28%
XIV — Gelorama ou similares — Alvará por dia	43%
XV — Jogos carteados lícitos, permitidos em sociedade legitimamente constituída — Alvará mensal por mesa	28%
XVI — Demais diversões públicas não especificadas — Alvará mensal	23%
XVII — Rádio Emissora e Televisão — Alvará mensal	17%
2 — Registro de:	
a) Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. — (anual)	28%
b) Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se refere o item "IV" desta Tabela (anual)	43%
c) Salões de bailes denominados "públicos" ou "populares", ou de empresa organização ou entidade que promova ou explore tais bailes — anual	28%
d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:	
I — Bailarinas de sala	3%
II — Artistas e auxiliares teatrais, etc.	8%
III — Empresários e Proprietários	14%
3 — Vistorias diversas	23%

TABELA "B"

DOS ATOS RELATIVOS A ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

4 — Alvarás:	
a) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciem, reformem armas em geral — Alvará anual	14%
b) de fiscalização para o fabrico, importação exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:	
I — Fabricante — Alvará mensal	14%
II — Representante, importador e exportador — anual	14%
III — Comerciante — Alvará mensal	9%
c) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis — Alvará anual	14%
d) de habilitação, para exercer a profissão de encarregado de jogos ou técnico — Alvará anual	15%
e) de licença para o transporte de mostruário de armas e munições — Alvará anual	14%
f) de licença para o comércio de fogos de artifício:	
I — Firmas atacadistas — Alvará anual	28%
II — Firmas varejistas — Alvará anual	17%
g) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivos — Alvará anual:	
1) autônomos — por unidade transportadora	8%
2) empresas — por unidade transportadora	11%
h) de vistoria em fábrica ou depósito de explosivos ou inflamáveis — Alvará anual	9%
i) de licença para uso ou emprego de explosivos ou inflamáveis — Alvará mensal	6%
5 — Registros anuais:	
a) de arma de defesa pessoal	9%
b) de arma de tiro ao alvo ou de caça	14%
c) de museus ou colecionadores de armas:	
I — até dez armas	9%
II — a mais de dez armas	14%
d) de hotéis, motéis pensões e similares:	
I — até dez quartos	9%
II — de onze a vinte quartos	11%
III — de vinte e um a cinquenta quartos	23%
IV — de mais de cinquenta quartos	42%
e) Transferências de registros em geral	9%

6 — Atestados:	
a) de idoneidade política e social:	
I — para fins particulares	3%
II — para fins de obtenção de emprego	1,5%
b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos	6%
7 — Licenças:	
a) Para o porte de arma de defesa pessoal:	
I — para motoristas profissionais, por ano	8%
II — particulares em geral	28%
b) Para trânsito de armas de caça, licença anual	3%
c) Para trânsito de armas de tiro ao alvo, licença anual	6%
d) Para compra de arma e munição	3%
8 — Vistos:	
a) De saída do território nacional em passaportes de nacionais	6%
9 — Certidões:	
a) De vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis	9%
b) Outras não especificadas	6%

TABELA "C"

DOS ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ALIENIGENAS

10 — Atos Diversos:	
I — Emissão de passaportes para estrangeiros	43%
II — Retificação de Cédula de Identidade Nacional	10%
III — Retificação de Cédula de Identidade de Estrangeiro	14%
IV — Inscrições de Cédula de Identidade de outras unidades federativas	6%
V — Retificação de nome	10%
VI — Cancelamento de Visto de Saída	6%
VII — Registros não especificados	6%
VIII — Registros de estrangeiros com pedido de transformação de Visto — por pessoa dependente	6%
IX — Registro de temporário	10%
X — Registro de Permanente	10%
XI — Segunda via de Registro	10%

TABELA "D"

DOS ATOS RELATIVOS AO SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO

11 — Atestados:	
I — De antecedentes criminais para obtenção de visto de saída	5%
II — De antecedentes criminais para outros fins	3%
12 — Cédulas	
I — De Identidade	7%
II — De Estrangeiro	10%
III — Segunda via da cédula de identidade	14%
IV — Segunda via da cédula de estrangeiro	14%
V — Retificação de nome	14%
13 — Passaportes:	
I — Expedição de passaporte individual	28%
II — Expedição de passaporte família	51%
III — Revalidação de passaportes	14%
IV — Inclusão de países em passaportes — por país	3%
V — Inclusão de filhos em passaportes — por filho	3%
NOTA: — Na expedição ou revalidação do passaporte, a taxa será reduzida em 20% para o que comprovar viajar ao exterior exclusivamente com bolsa de estudo regularmente obtida e comprovada no ato da expedição.	
14 — Vistos:	
I — De saída do Território em passaportes nacionais	6%

TABELA "E"

DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

15 — Exames Externos:	
I — Acidentes de Trânsito na Capital	28%
II — Acidentes de Trânsito fora da Capital	57%
16 — Vistorias:	
I — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, na Capital	23%
II — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital	43%
III — Levantamento em questões possessórias, na Capital	57%
IV — Levantamento em questões possessórias, fora da Capital	71%
NOTA: — As alíquotas dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidas a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 80,00 em função do tempo de serviço dispensado e menor complexidade do trabalho.	
17 — Exames diversos e pareceres:	
I — Exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral, de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos	71%
NOTA: — Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devem ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.	
18 — Fotografias:	
I — Fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18x24 (primeira via)	3%
II — Demais vias por unidade	1,5%
III — Ampliações fotográficas até o tamanho 30x40 (primeira via)	14%
IV — Demais vias, por unidade	11%
NOTA: — Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40, serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.	
V — Cópias fotostáticas de documentos para cada folha ou exemplar	1,5%
VI — Cópias heliográficas, por unidade:	
a) medindo até 33x22	3%
b) ultrapassando essa medida	4%
19 — Cópias:	
I — De laudos, exceto as fotografias e diagramas, por via	4%
NOTA: — Cópias de laudos não serão fornecidas sem as respectivas ilustrações quando houver.	

TABELA "F"

DOS ATOS RELATIVOS AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL

20 — Certidões:	
I — De laudo de necropsia	3%
II — De laudo de exumação e necropsia	14%
III — De laudo de lesões corporais para fins particulares	3%
IV — De laudos para processos de Acidente do Trabalho	3%
V — De exames toxicológicos	3%
VI — De exames anatomo-patológicos	3%
VII — De exames sexológicos	3%
VIII — De exame de verificação de idade	3%
IX — De exame de insanidade mental	3%
X — De exames de cutra natureza	3%
21 — Taxa de embalsamamento	28%
22 — Exames radiológicos	28%

DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRANSITO

I) Habilitação de Condutores:	
1 — Aprendizagem e autorização para conduzir veículos	5%
2 — Provas escritas ou orais sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais	2%
3 — Provas práticas de direção na via pública	2%
4 — Exames de sanidade física e mental, e psicotécnico	15%
5 — Carteira Nacional de Habilitação	5%
6 — Averbação da Carteira Nacional de Habilitação	5%
7 — Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação	5%
8 — Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses	10%
9 — Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses	10%
II) Licenças Diversas:	
10 — As pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano	15%
11 — Para trânsito de veículo, sem placas, mediante licença especial de parabrisa, até 5 dias, por dia	1%
12 — Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio) — por dia	15%
13 — Para uso anual da placa de experiência	10%
14 — Para estacionamento em faixas de estacionamento — "pontos de estacionamento de veículos de aluguel" — por ano	15%
III) Autorizações Diversas:	
15 — Para substituição, remarcação ou regravação de motor	5%
16 — Para remarcação ou regravação de chassis	5%
17 — Para remontagem de veículos	10%
18 — Para pequenas adaptações no veículo, acessórios não convencionais, etc.	10%
19 — Para colocação de disticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais físeis, por ano	5%
20 — Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito	10%
21 — Para guinchamento privados, por guincho anualmente	15%
IV) Registros Diversos:	
22 — Registro anual de despachante	100%
23 — Registro anual de auto-escola	100%
24 — Registro de instrutor de auto-escola	15%
25 — De oficinas mecânicas que regravem motores e chassis dos veículos ou efetuam a substituição de motores, por ano	15%
26 — De estabelecimentos que comerciem com veículos irrecuperáveis ou suas peças básicas (motores e chassis) por ano	15%
V) Serviços Diversos:	
27 — Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários — por folha	1%
28 — Expedição para outros Estados registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados	1%
29 — Pedidos protocolados no DETRAN	1%
30 — Levantamento de acidentes, à conta do causador, devidamente julgado	10%
31 — Substituição do certificado de registro	10%
32 — Segunda via do certificado de registro	10%
33 — Vistorias domiciliares	10%
34 — Substituições de placas	5%
35 — Guinchamento	15%
36 — Estadia no estacionamento oficial do DETRAN — por dia	2%
37 — Apostilas em certificados	5%

NOTA: Os percentuais constantes desta Tabela referem-se ao maior salário mínimo regional.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 155-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 58/74, que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

58/74

Curitiba, 11 de setembro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da lei.

As inclusas cópias autênticas dos Ofícios n.º 983/74, de 29-8-74, do Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça e n.º 368/74, de 15-7-74, da Procuradoria Geral da Justiça, dizem com os devidos detalhes, sobre a necessidade, oportunidade e alto interesse público da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos e estima e consideração.

EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Ficam criados na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA

Gabinete
N.º G/983/74

Curitiba 29 de agosto de 1974.

Senhor Governador.

Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, expediente da Procuradoria Geral da Justiça que objetiva a criação de cargos de Curadores na Capital do Estado.

O documento em tela, após retratar a situação relativa a Curadores, informa que a atuação de um único representante do Ministério Público para atender aproximadamente trinta mil ações — que a lei impõe a intervenção do Ministério Público — que tramitam nas três Varas da Fazenda Pública está a exigir sejam tomadas inadiáveis providências, somando-se a atual situação os novos encargos deferidos pelos novos códigos de processos.

No entendimento de que a solicitação não só pelo aspecto legal, que obriga uma maior participação do Ministério Público, como por se tratar de medida indispensável e que colocará a Instituição em condições de atender seus encargos, manifesto a Vossa Excelência, Senhor Governador, meu integral apoio às reivindicações constantes do expediente que tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para as providências que se fizerem necessárias, a fim de que sejam criados três cargos de Curador da Fazenda Pública e um cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final e para a Comarca de Curitiba.

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e consideração.

ZACHARIAS E. SELEME

Secretário de Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor EMÍLIO HOFFMANN GOMES
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
PALÁCIO IGUAÇU

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO

Gabinete
N.º 368

Curitiba, 15 de julho de 1974.

Senhor Secretário:

1. Tendo em vista o disposto no art. 82 inciso III, do Código de Processo Civil vigente, que atribui ao Ministério Público a intervenção "em todas as demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte", e ainda levando em consideração o acúmulo de serviço existente nas 15.a, 16.a e 17.a Varas Cíveis da Comarca de Curitiba, onde o representante do Ministério Público, em virtude do dispositivo legal supra citado atua em toda a sua plenitude, evidenciada está, desde logo, a necessidade da criação de Curadorias para atender os serviços respectivos.

Assim é que, nos termos do art. 14, inciso VII, do Estatuto, junto as três Varas da Fazenda Pública da Capital (Código de Organização Judiciária, art. 74), atua um só representante do Ministério Público. Tal situação permite razoável funcionamento da Instituição, porque as atribuições da Curadoria da Fazenda Pública eram limitadas.

Com a nova lei processual civil, no entanto, as atribuições do Ministério Público, nesse setor, atingiram dimensão amplíssima. Acrescente-se que a participação do Ministério Público nessas causas em que há interesse público se faz imperiosa sob pena de nulidade absoluta (art. 84 do Código de Processo Civil).

Forçoso se faz que a nova situação seja atendida, pois a prestação jurisdicional que incumbe ao Estado impõe também que sejam oferecidas condições de pleno desenvolvimento do devido processo legal.

Com as certidões ora exibidas, constata-se que nas três Varas da Fazenda Pública da Capital tramitam aproximadamente trinta mil ações que exigem a intervenção do Ministério Público.

Transparece nitidamente que um só Curador não pode dar atendimento a tal volume de trabalho, e muito menos de acompanhar os atos processuais que concomitantemente não de se desenvolver nas três Varas, além de intervenção nas causas que não tramitam nas Varas da Fazenda Pública, mas em que é assinalável o "interesse público", motivador da atuação do Ministério Público. Defensável pode ser o entendimento de que até nos inventários, em face da posição fazendária, deva intervir o Ministério Público.

A respeito, transcrevemos a observação do Doutor Oscar Xavier de Freitas, Digníssimo Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo, em estudo publicado na "Tribuna da Justiça", números 734 e 735, onde consta:

"É preciso que estejamos preparados para fazer frente ao acréscimo de trabalho que certamente advirá em escala não pequena com a vigência do artigo 82 do novo Código".

Por conseguinte, faz-se indispensável a criação de três Curadorias da Fazenda Pública na Comarca de Curitiba.

2. Também necessária é a criação de uma Curadoria de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, nesta Capital, com o que estaria a Instituição aparelhada para enfrentar as novas atribuições que lhe são impostas pelo atual Código de Processo Civil, sempre em escala crescente.

3. Em conclusão, encarecemos, pois, a Vossa Excelência, a necessidade de criação imediata de três cargos de Curador da Fazenda Pública a fim de que os serviços correspondentes não sofram solução de continuidade e de um

cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, correspondente à Capital do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração.

ACYR SALDANHA DE LUYOLA
Procurador Geral da Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor ZACHARIAS EMILIANO SELEME
Digníssimo Secretário do Interior e Justiça
N/ Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 155/74

P A R E C E R

O Projeto de Lei enfocado, origina-se da Mensagem Governamental n.º 58/74, na qual o Chefe do Poder Executivo encaminha, para os fins constitucionais, anteprojeto de Lei visando criar na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público, 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e um (1) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final, a serem preenchidos na forma da Lei.

Transparece facilmente pela exposição de motivos do Doutor Procurador Geral da Justiça do Estado, doc. de fls., que com a nova Lei processual civil, a participação do Ministério Público impõe que sejam oferecidas condições satisfatórias para fazer frente ao acréscimo de trabalho que certamente surgirá com a vigência do art. 82 do referido Código.

Constata-se, dessa forma, a oportunidade da medida sugerida, quando verifica-se que o volume de trabalho das três Varas da Fazenda Pública da Capital, onde tramitam cerca de "Trinta Mil Ações" e que necessitam a intervenção do Ministério Público, onde um só Curador não pode evidentemente, atender a tal volume de trabalho.

Quanto a criação de uma Curadoria de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, também nesta Capital, completaria o aparelhamento indispensável para a Justiça do Estado cumprir as atribuições que lhe compete face as imposições do Código de Processo Civil.

Sob o aspecto constitucional legal ou jurídico, e, ainda, quanto à forma, a proposta está esboçada sem qualquer contestação.

Face o exposto, opino pela APROVAÇÃO da medida pleiteada para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Antonio Lopes Júnior — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 176/74, constante do Expediente. Será anexada ao Projeto, para que seja considerada quando oportuno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 19/74. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/74;
- 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 163/74, 155/74;
- 1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 179/69, 273/71.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que amanhã, terça-feira, dia 19, haver Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 28.a REUNIAO ORDINARIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Iris Caldart apresentou Redação Final aos seguintes Processos: PROJETO DE LEI N.º 243/73 — de autoria do Deputado Mauricio Fruct, que suprime a partir de 1974, nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º grau do Estado, as aulas aos sábados, onde cumprir-se-á no mínimo 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo. PROJETO DE LEI N.º 259/73 — de autoria dos Deputados Antônio Lopes Júnior e Igo Losso, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque. PROJETO DE LEI N.º 279/73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que declara de utilidade pública a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 16/74 — de autoria do Deputado Domicílio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. PROJETO DE LEI N.º 44/74 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que doa ao Município de Japira o trator marca John Deere, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura ao referido Município. PROJETO DE LEI N.º 94/74 — de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 99/74 — de autoria do Deputado Mauricio Fruct, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Hédene Garfundel. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 164/74, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, visando

do a organização do Sistema Nacional de Laboratórios da Saúde Pública. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélio Guimaraes Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Gabriel Manoel — Presidente
- a) Lélio G. Sotto Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 243/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidas a partir de 1974, as aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º grau do Estado, onde serão cumpridas no mínimo, 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, as o estas sejam adotadas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 259/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador LUIZ SILVA E ALBUQUERQUE.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 279/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO INTER-CONFENCIONAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 16/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet a Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 44/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Japira, o trator marca JOHN DEERE, modelo 730, série 7325962, dado em comodato pela Secretaria da Agricultura, ao referido Município e inservível para o serviço público.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 94/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTÍSSIMA TRINDADE, com sede em Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 99/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, à HELENE GARTFUNKEL.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30-10-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART — GABRIEL MANOEL — Relatores